

As políticas agrícolas do Estado brasileiro na Primeira República

Sônia Regina de Mendonça
Professora do Departamento de História da UFF

Apresentação

Considerando que o processo de construção do Estado é permanentemente inacabado, como uma dinâmica em contínua operação (ELIAS, 1975), passível de ser apreendido de forma **ampliada** - i.e. enquanto produto da interrelação permanente entre sociedade civil e sociedade política (GRAMSCI, 1978) - e não a partir de modelos construídos aprioristicamente, proponho, neste trabalho, ilustrar um dos aspectos de tal processo através da análise das relações estabelecidas entre Agricultura e Estado no Brasil num determinado período de sua história - a Primeira República -, tomando como referência a constituição de agências do poder que lhe emprestaram materialidade.

Partindo dessa premissa, espera-se atingir a três objetivos simultâneos: a) contribuir para a compreensão dos múltiplos aspectos inerentes à construção do Estado Nacional no Brasil, com ênfase na questão da agricultura e da centralidade do poder em seu duplo aspecto, real e simbólico; b) analisar de que formas as políticas agrícolas se engendram, engendrando ao próprio Estado e, finalmente, c) estudar alguns dos canais por cujo intermédio operou-se não apenas a produção e reprodução dos quadros para esse mesmo Estado, como também - e concomitantemente - a própria reprodução social de frações da classe dominante agrária brasileira de então.

Para tanto, optou-se por focalizar determinadas agências do poder, privado e público, através das quais se explicitam as relações entre sociedade civil e sociedade política, dando conta da dinâmica apontada. São elas a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA); o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e uma de suas repartições, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). Tal seleção, fruto de alentadas pesquisas na área e junto à temática em foco, revela-se um recorte privilegiado para a percepção da convergência e sintonia de todos os objetivos elencados. Isto porque, para a além da

dimensão material do Estado no período em questão, eles se encontram igualmente entrelaçados na elaboração da dimensão simbólico-política deste mesmo poder público, redundando na produção de uma dada cultura política que tinha seus referenciais ancorados na reafirmação da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*¹.

A sociedade nacional de agricultura e a politização da Economia brasileira

Apesar de revivificada pela metamorfose das relações de produção que lhe davam suporte mediante a generalização de novas e múltiplas relações de trabalho no campo, a primitiva acumulação brasileira também se viu marcada, desde fins do século passado, pela ratificação da dependência de sua realização externa, atada, mais do que nunca, ao capital estrangeiro (OLIVEIRA, 1975).

Entretanto, a economia agrária do país começaria a apresentar sintomas de desequilíbrio interno marcantes entre 1890 e 1910, uma vez que a continuidade da crise internacional dos preços agrícolas iria traduzir-se na progressiva exclusão do mercado mundial de boa parte dos tradicionais produtos da pauta de exportações brasileiras, à exceção do café. Face a tal conjuntura, os interesses da classe dominante rural ligada aos mais diversos complexos econômicos se fragmentariam, passando a disputar entre si uma maior participação no mercado interno, transformado em sua principal "válvula de escape".

Semelhante contexto corresponderia ao que se denominou "politização da economia no sistema oligárquico rural" (REIS, 1985), fazendo com que a ratificação da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*, vigente em princípios do século XX, fosse acompanhada de uma acirrada disputa política, configurando o que considero uma *reação ruralista*, alicerçada no discurso e nas práticas da diversificação da produção agrícola, mormente por parte dos segmentos da classe proprietária vinculados a setores econômicos regionais de dinamismo variável e distinta-

mente contemplados no bloco no poder (MENDONÇA, 1990).

A estruturação dessa reação, no entanto, pressuporia algumas estratégias de ação organizada no seio da sociedade civil, dentre as quais destacou-se a multiplicação de agências representativas dos interesses agrários, donde partiriam pressões efetivas em prol da inscrição de suas demandas junto à sociedade política, através da criação de novos órgãos públicos que lhe dessem suporte.

A SNA foi uma das primeiras dessas agências e sua vitória na obtenção de seus intentos justifica sua exemplaridade enquanto caso de aparelhamento de grupos de proprietários não hegemônicos, comprovando uma eficácia política praticamente inédita face a outras congêneres, sobretudo ao considerar-se o caráter efetivamente nacional de suas bases, além da própria longevidade da agremiação, até hoje atuante.

Criada no Rio de Janeiro em 1897, a Sociedade tinha por finalidade constituir-se num centro aglutinador de forças e formador de opiniões junto a segmentos da classe proprietária rural, discriminando-se, dentre suas demandas específicas, o incentivo à proliferação de novas associações e de cooperativas rurais; a chamada cientifização da agricultura brasileira, bem como, e não menos importante, a criação de um *Ministério técnico* voltado para as *questões do campo*: o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Integrada fundamentalmente por proprietários rurais da mais distinta extração regional e setorial, a SNA configurou-se num espaço alternativo de poder - ou aparelho privado de hegemonia - na Primeira República, tendo como peculiaridade sua total desvinculação do grande capital cafeeiro paulista, como o demonstra o elenco de seus nove presidentes ao longo do período em foco, dos quais quatro originavam-se dos complexos açucareiro/algodoeiro do Norte e Nordeste, três daqueles baseados na pecuária/produção de gêneros do extremo Sul e dois da velha cafeicultura fluminense (MENDONÇA, 1990).

Semelhante padrão de representação de interesses denota a tentativa de integração e fortalecimento político de grupos até então à margem do epicentro da política econômica federal, cujo sucesso pode ser a quilatado pela implantação, em 1909, do Ministério da Agricultura, signo da governamentalização da sociedade, uma vez ultrapassada a exacerbada disputa com a grande burguesia paulista pelo controle da nova

Pasta².

De 1913 em diante, o entrosamento entre a SNA e o MAIC seria progressivamente aprofundado, mediante a implementação, por parte deste último, do conjunto das demandas articuladas pela primeira, o que pode ser corroborado pela análise da galeria de Ministros que foram alçados a tal posto diretamente da presidência da agremiação³. Logo, os distintos segmentos agrários unidos em torno ao projeto de diversificação agrícola do país construíram para si um espaço de atuação política diverso daquele apreendido pelas tradicionais noções de **oligarquia** ou **partido**, ambas imprecisas, do ponto de vista aqui assumido, para o entendimento dos processos de organização e reprodução da classe dominante agrária e de construção do Estado brasileiro de então⁴.

O M.A.I.C. e suas práticas

Implantado em 1909 - apesar de aprovado em lei desde 1906 - como fruto do *lobby* movido pelos representantes da SNA junto ao Congresso Nacional, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio veio a constituir-se numa agência do poder público responsável pela articulação de interesses das frações menos dinâmicas da classe dominante agrária brasileira, prefigurando, desde sua criação, o jogo de forças que assomaria ao cenário político nacional após 1930.

Veículo das pretensões e propostas *modernizadoras* desses grupos, ele se voltaria quase que integralmente para as demandas de seu interesse, mormente aquelas da arregimentação de mão-de-obra rural - em moldes distintos do projeto imigrante vitorioso em São Paulo -, diversificação produtiva e ensino superior agrícola, lançando mão de inúmeros instrumentos de atuação que adquiriram sistematicidade na década de 30⁵.

Dessa perspectiva, o MAIC representaria, tanto a institucionalização pública de um **eixo alternativo de poder** na Primeira República, quanto a construção de uma agência viabilizadora da modernização conservadora em gestação. Tal seria o caso, por exemplo, das práticas por ele destinadas ao fomento da diversificação agrícola do país e à extensão da ciência e da técnica ao campo, todas elas fundadoras de um paradigma de agricultura racional que, mediante expedientes eleitos e difundidos como os mais adequados para sua concretização, acabaria perpetuando critérios de hierarquização e exclusão social no mundo agrário.

Ao pregar, por exemplo, que "*a agricultura*

moderna se faz com máquinas", Francisco Dias Martins, diretor do Serviço de Inspeção Agrícola no período compreendido entre 1912 e 1921, estava, em verdade, falando de e para um *agricultor* muito específico, ou seja, aquele dotado de recursos suficientes para adquirir os arados, tratores e demais implementos recomendados pelo discurso ministerial: grandes ou médios proprietários. Dessa forma, a prática simbólica embutida na fala oficial construía e perpetrava as citadas hierarquia e exclusão, uma vez que as políticas da Pasta destinar-se-iam, obviamente, ao dito *agricultor moderno* e a nenhum outro.

O caráter diversificador e supostamente modernizante e técnico da atuação do MAIC pode ser avaliado a partir de dois aspectos: a progressiva complexificação burocrática da agência desde sua criação até 1930 e a distribuição interna de seus - parques - recursos orçamentários. O primeiro é da maior relevância, posto remeter às várias reformas administrativas sofridas pelo órgão ao longo da Primeira República, evidenciando não apenas a montagem de uma rede de agências voltadas para os mais diversos domínios da agricultura, como também o estreitamento dos vínculos entre MAIC e SNA, já que os quadros do primeiro escalão do Ministério seriam fartamente preenchidos por sócios ou diretores da agremiação⁶. Ilustra-se, assim, na concretude, os mecanismos de inscrição de interesses da sociedade civil na sociedade política brasileira ao longo do período.

Quanto ao segundo aspecto, vale a pena ressaltar - para além dos constantes constrangimentos impostos às verbas ministeriais face às alianças tecidas no Congresso pela bancada paulista - que seus Serviços mais prestigiados foram os de Indústria Pastoral, Povoamento e Inspeção e Fomento Agrícola, cuja participação média no total das despesas da Pasta foi da ordem de 16,5%, 15,3% e 9,7%, respectivamente. Isso corrobora não apenas a diretriz diversificadora do órgão, como também sua efetiva representatividade no atendimento às demandas peculiares a proprietários do eixo Sul/Nordeste, particularmente no tocante aos mecanismos de arregimentação e controle da força de trabalho, sob a alçada dos dois últimos Serviços mencionados.

No tocante aos expedientes definidos como prioritários para a promoção da diversificação científica da agricultura e do enquadramento da mão-de-obra rural, o Ministério poria em prática muitos daqueles

sugeridos pela SNA, dentre os quais destacaram-se: a busca de elevação da produtividade mediante a difusão da mecanização; a implantação de um sistema de ensino agrícola em três níveis - primário, médio e, sobretudo, superior; a proliferação de instrumentos de propaganda e, finalmente, a criação de repartições prestadoras de serviços aos chamados *agricultores*, categoria ampla o suficiente, conforme já o sinalizamos, para abrigar, desde produtores em terra alheia, até fazendeiros de diversos portes.

Partindo da premissa de uma suposta ausência de organização agrícola capaz de incentivar a cientificação da produção rural, o Ministério empreenderia o que acreditava ser sua grande contribuição à obra de *regeneração da agricultura nacional*, mediante a prestação de serviços tidos por fundamentais à concretização do modelo de agricultura moderna que balizava sua atuação: o norte-americano.

Nesse sentido, os Serviços de Inspeção e Fomento Agrícola e de Informação e Propaganda se empenhariam na distribuição de mudas, sementes, implementos, folhetos e livros encarregados da difusão da ciência junto aos produtores. É importante, no entanto, reter o aspecto impositivo embutido em tais práticas, uma vez que a agência, ao descrever aquilo que considerava problemas, prescrevia soluções normatizadoras - como no caso da determinação dos tipos de cultura a serem implementados⁷ - fortalecendo, assim, os segmentos de proprietários que se julgasse oportuno privilegiar.

No tocante à distribuição de vacinas, por exemplo, seria claro o favorecimento aos pecuaristas gaúchos, o mesmo sucedendo quanto ao fornecimento de sementes para grandes cotonicultores do Nordeste⁸. Já no que tange à dita *lavoura branca*, os principais beneficiários da ação pública seriam os produtores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul onde concentravam-se imigrantes na condição de pequenos proprietários, sugerindo, não apenas a associação estabelecida entre produção de gêneros e pequena exploração, como também - dentro da ética da racionalidade produtiva que se supunha fomentar - a afirmação daquela última como um *espaço menos nobre* da agricultura brasileira a ser ocupado, justamente, pelos pequenos produtores, configurando um dos signos da *exclusão/hierarquização social* no campo.

Outra faceta dessa política se manifestaria - e este seria o aspecto mais propriamente simbólico da políti-

ca agrícola da Pasta - através de sua política editorial. Englobando um tríptico escalonamento de seus veículos de propaganda, segundo o critério de sua complexidade - *Relatórios*, *Boletins* e *Anuários* -, as publicações distribuídas pelo MAIC igualmente hierarquizariam seu público-alvo, mediante a gradação do caráter técnico das informações por cada uma delas transmitidas⁹.

Nesse duplo movimento de tecnicizar a mensagem e, simultaneamente, construir simbolicamente a necessidade da ciência aplicada, o órgão acabaria por generalizar modelos de desempenho considerados adequados à agricultura de toda e qualquer região do país. Tal procedimento efetivava uma dominação simbólica do Estado sobre a agricultura, subordinando seus diferentes extratos sociais a normas que, internalizadas por aqueles que a elas se submetessem, produziriam sua pertinência ou exclusão dos processos indicados.

Outra modalidade de prestação de serviços praticada pelo MAIC de modo a atualizar a vocação agrícola do país foi a criação de pequenos centros de propagação tecnológica e de assistência ao agricultor: os campos de demonstração/cooperação; postos zootécnicos; fazendas-modelo; estações de monta e Inspetorias agrícolas, todos presididos por uma dinâmica da pedagogia pelo exemplo. Os campos de demonstração são um bom exemplo a ser analisado.

Transformados no ano de 1919 em campos de cooperação, eles constituem-se num dos melhores demonstrativos da exclusão/hierarquização social intentada pelos interesses aparelhados na agência. Inicialmente destinados a preparar turmas de aradores nos diversos estados, bem como a prestar auxílio a proprietários vizinhos de suas sedes, tais instituições preocupavam-se em demonstrar o manejo de instrumentos e máquinas cedidos pelo Ministério, atendendo, pois, a produtores de distintos portes.

A partir dos anos 20, no entanto, a proposta de funcionamento dos campos seria radicalmente alterada, a começar pelo fato de passarem a inserir-se diretamente no interior das grandes propriedades dos agricultores solicitantes e não mais em áreas próprias do órgão público. Os fazendeiros, mediante contrato com o Ministério, cediam de três a cinco hectares de suas terras para as demonstrações solicitadas, recebendo em troca, os técnicos e implementos necessários à experiência, o que por si só revela não se estar lidando com pequenos produ-
res. O sucesso da nova iniciativa pode ser aquilatado pelo fato de terem sido contratados, só nos três primeiros meses de seu funcionamento, cerca de 72 desses campos, contra a média de 20, vigente nos anos anteriores à remodelação do serviço (MENDONÇA, 1993).

Sentido equivalente foi atribuído a inúmeras repartições do Ministério ao longo do período, todas convergindo para uma mesma direção: o privilegiamento da grande propriedade e a racionalização de seu funcionamento, denotando, ao mesmo tempo, um esforço em prol da ampliação da presença do Estado sobre o espaço agrário, já que boa parte dessas agências seria implantada em todas as unidades da federação.

A contrapartida desse tipo de prática foi a tentativa de expandir o grau de controle estatal sobre os produtores beneficiados, uma vez que o Ministério impunha-lhes obrigações tais como o seu cadastramento junto ao Registro de Lavradores e Criadores do órgão. Em verdade, em nome da difusão de um dado saber, construíam-se, simultaneamente, práticas de poder que implicavam não só na ampliação da esfera do controle público, mas também na afirmação de uma nova categoria profissional junto ao espaço agrário: o agrônomo, presença obrigatória em cada uma das múltiplas agências ministeriais.

O Ministério da Agricultura: reprodução de classe e reprodução de quadros

Coerentemente aos interesses do grupo da SNA que, por ser intermédio, se fazia representar, o Ministério da Agricultura tomou como um de seus principais encargos, a implantação do ensino agrícola no país. Malgrado as práticas discursivas por ele veiculadas apontassem para a necessidade de sua afirmação em três distintos níveis - elementar, médio e superior ou agrônomo - somente este último seria de fato priorizado pela Pasta, destinando-se à produção de quadros especializados na gestão científica da agricultura.

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal Rural) seria seu principal instrumento, conquanto não fosse a única instituição congênere existente, à época, no país: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) - criada em 1901 pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo - fora a pioneira, além de sua principal concorrente.

Lembrando que as escolas superiores de agrono-

mia consistiram nas únicas instituições de ensino efetivamente novas da Primeira República é importante resgatar a razão do predomínio da ação pública no momento de sua implantação, haja vista tratarem-se elas de um espaço privilegiado de entrelaçamento entre saber, poder e reprodução social.

Isto porque o ensino agrônômico seria responsável pela fusão entre ação política - a preparação de um novo tipo de gestores da ordem rural - e ação simbólica - na elaboração de um paradigma de agricultura moderna capaz de perpetrar não só a presença do poder central por todo o país, como também de reforçar os mecanismos de dominação sobre a dita população rural. Logo, seria em nome da suposta "neutralidade" e "apoliticismo" da ciência, garantidos pelo monopólio de um saber especializado, que os agrônomos se colocariam como mediadores entre a iniciativa privada e o poder público.

Justamente por creditar aos sistemas de ensino o papel de formadores do *habitus* de classe (BOURDIEU, 1973), aqui entendido como um sistema de disposições duráveis que, integrando experiências passadas, funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, é que creio oportuno focalizar, ainda que em rápidas pinceladas, a questão dos canais de formação do agrônomo brasileiro no período, já que, para além de sua condição de classe, muitas de suas tomadas de posição estariam respaldadas pela bagagem adquirida nas escolas por eles frequentadas. Dessa feita, analisar a ESAMV significa contribuir para desvendar ainda mais os mecanismos concretos através dos quais Saber e Poder correlacionaram-se no Brasil, correlacionando, por seu turno, reprodução social, construção do Estado e um projeto contra-hegemônico em seu seio.

Nascida em 1913 para, dentre outros fins, disputar competências e legitimidade com a ESALQ - vinculada aos interesses da grande burguesia paulista - a Escola do Rio de Janeiro afirmou-se como escola-padrão nacional, cujo currículo deveria pautar o das demais instituições criadas no país. Não por acaso, o Ministério jamais conferiria oficialmente à Escola de Piracicaba o estatuto de escola superior, ainda que isto não significasse vedar oportunidades de acesso a cargos técnicos a seus diplomados (MENDONÇA, 1994).

Considerando variáveis como a origem social e geográfica da clientela da escola, especializações

adquiridas pelos alunos ao longo do curso, regime curricular, além da inserção profissional de seus diplomados é possível traçar um perfil da ESAMV - e dos agrônomos por ela formados - bem diverso daquele verificado junto à ESALQ. Seu esboço ratifica, a meu ver, o caráter contra-hegemônico do projeto veiculado pela SNA e o MAIC, projeto este ao qual a Escola vinculava-se de forma inexorável, reforçando-o, mais uma vez e sob outra dimensão, junto à ossatura material da sociedade política brasileira da época.

Começando pela procedência social e regional do público-alvo da ESAMV é oportuno sinalizar que, embora contando com uma fatia razoável de filhos de proprietários rurais - cerca de 14,6% do total dos diplomados ao longo da Primeira República -, estes não se constituíram na maioria do alunato da Escola, marcado por uma grande diversidade de extração social: 15,9% dos alunos eram filhos de funcionários públicos; 13,0% de profissionais liberais; 12,2% filhos de militares e 6,0% deles filhos de negociantes (MENDONÇA, 1994).

Todos estes agentes, caso somados, perfazem um total de 47,1% de agrônomos não ligados à propriedade fundiária - contra os 49,3% desta procedência, verificados na ESALQ -, o que denota não somente uma maior democratização do acesso a este novo tipo de saber, como também uma coerência com o perfil populacional da Capital Federal, marcado pela acentuada presença de setores médios urbanos ligados ao Estado.

Quanto à procedência regional de seu público, a ESAMV também se destacou por algumas especificidades, sobretudo aquela que opunha, ao profundo "paulistocentrismo" da escola de Piracicaba, um espectro amplo e variado das áreas de origem de seu alunato, a despeito da preponderância de fluminenses (44,7%) em seu total.

Ainda assim vale acusar a presença de alunos egressos de regiões distintas daquelas contempladas pela escola paulista, com ênfase para estados do eixo Nordeste/Sul, indicando que o alcance sócio-político do curso de Agronomia da ESAMV espalhou-se por agentes sociais originários de complexos agrários menos dinâmicos do país, o que corrobora seu papel enquanto um eixo alternativo de saber/poder na Primeira República.

Em igual direção encaminham-se as observações acerca da inserção profissional dos diplomados pela

Escola do MAIC que se alojaram, preferencialmente, nas agências do próprio poder público federal, sobretudo o Ministério da Agricultura, responsável pela absorção de 60% de seu total.

A profunda imbricação verificada entre os formandos da ESAMV e o Ministério da Agricultura desnuda seu perfil como uma escola de gestão, ou seja, enquanto instituição destinada à formação de um corpo de agentes especializados, legitimados pela competência técnica e não pelo nascimento ou pela herança econômico-cultural. Nesse sentido, a ESAMV, uma vez consolidada e malgrado as deficiências de ordem material e financeira que limitaram suas instalações, cumpriria fielmente sua função de intercessora entre os campos intelectual e político, preparando o tipo de gestores tido como necessário à nova ordem rural inaugurada pelo fim da escravidão.

Em outras palavras, se a ESAMV constituiu-se na escola formadora dos quadros do Ministério da Agricultura, por excelência, foi porque fazia parte do projeto dos segmentos de proprietários a ele vinculados, a autonomização de um corpo burocrático sob sua égide logo, de um corpo social fundado sobre a combinação de princípios de dominação e de legitimação respaldado pelos mecanismos da reprodução escolar. Ainda nesse sentido, ela configurava, em confronto com a ESALQ, uma estratégia alternativa de reprodução do projeto econômico-social das frações da classe dominante agrária politicamente menos prestigiadas.

Considerações finais

Detendo a ciência e a técnica enquanto elementos ordenadores de suas mais diversas práticas, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - versão aparelhada da Sociedade Nacional de Agricultura no seio da sociedade política brasileira do período em foco - acabaria por converter-se em instrumento de extensão da ideologia do progresso ao campo.

Através deste expediente, ele contribuiria para a "invenção da rotina" na agricultura brasileira, responsável, por sua vez, pela hierarquização - a um só tempo simbólica e real - dos agentes sociais envolvidos na atividade, segmentados, mediante tal operação, entre agricultores modernos e arcaicos.

Dessa feita, o MAIC consolidaria uma representação do Estado enquanto portador de uma racionalidade e de um saber imanentes, os quais legitimariam não apenas sua intervenção "modernizadora", como

também a criação da necessidade de seus próprios serviços. Nesse sentido, a produção de um novo tipo de agentes sociais, dotados do monopólio do saber legítimo acerca dos problemas do campo - os agrônomos - tornava-se peça fundamental nesse duplo processo, de criação dos mecanismos de reprodução da classe dominante agrária e, simultaneamente, de permanente construção do Estado brasileiro.

Conquanto a bandeira de uma reciclada vocação eminentemente agrícola do país tenha servido de justificativa para a implantação dessa agência do poder público federal, a modernização pretendida, por certo, não chegaria a traduzir-se nem na democratização do acesso à propriedade, nem tampouco na reversão dos laços pessoais que respaldavam as relações de trabalho e dominação no campo. Muito ao contrário.

Resultando de uma disputa política entre frações de uma mesma classe pela maior inscrição de seus interesses junto ao Estado-aparelho, o Ministério e suas práticas serviriam para ratificar e consagrar a exclusão social no Brasil agrário.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. SP, Perspectiva, 1973.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT MARTIN, Monique. "Agregation et Ségregation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 69, sep., 1987, 2-50.
- ELIAS, Norbert. *La dynamique de l'Occident*. Paris, Colmann-Lérey, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. 4a. ed., Mexico, Fondo de Cultura, 1978.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ruralismo: Agricultura, Poder e Estado na Primeira República*. SP, Tese de Doutorado em História, 1990, 2 vol.
- _____. "Estado e exclusão social no Brasil agrário". *À Margem*. RJ, 1, 3, nov-fev., 1993, 16-25.
- _____. "Saber e Poder no Brasil: o ensino agrícola na Primeira República". *Relatório Final de Pesquisa ao CNPq*, jan., 1994, 284 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A emergência do modo de produção de mercadorias". In: FAUSTO, B. (org). *HGCB*. SP, Difel, 1975, III, vol. 1, 391-414.
- REIS, Elisa P. "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". In: SORJ, Bernardo (org). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. SP, Brasiliense, 1985, 194-217.

Notas

¹ Optou-se pela grafia em itálico de todas as expressões de época, de modo a facilitar a compreensão do texto.

² Aprovado em lei no ano de 1906, o Ministério da

Agricultura, Indústria e Comércio somente ganharia concretude em 1909, face à contenda movida pelas bancadas paulista e mineira, no sentido de inviabilizar a prática do projeto. Este só se efetivaria em função de um acordo político que, concedendo à SNA o aval para a implantação da agência, garantiria, em troca, a concessão dos primeiros cargos de titular da Pasta a representantes da grande burguesia cafeeira de São Paulo, situação esta que perdurou até 1913. Desse ano em diante, a SNA conseguiria resgatar o monopólio na condução política do novo órgão.

³ Do total dos onze ministros que ocuparam a Pasta da Agricultura entre 1910 e 1930, os três primeiros estavam vinculados à grande burguesia paulista, ao passo que os oito restantes integravam os quadros da SNA, sendo seus três últimos presidentes alçados deste posto diretamente para a titulariedade do Ministério.

⁴ Para o tipo de análise que desenvolvo, conceitos como o de oligarquia revela-se precário enquanto instrumento de análise dos mecanismos de formação e consolidação das frações da classe dominante, bem como do próprio Estado. O designativo "oligarquia paulista", por exemplo, tanto englobava grandes como pequenos cafeicultores, além de usineiros, cotonicultores e, até mesmo, banqueiros. Trata-se, portanto, de conceituação reducionista e niveladora das diferenças, conquanto recorrente na historiografia especializada no período.

⁵ Este seria o caso, por exemplo, de práticas francamente institucionalizadas pelo MAIC, como os Conselhos, constituídos a partir da representação profissional, tais como o Conselho Superior de Comércio e Indústria ou o Conselho Nacional do Trabalho, ambos criados em 1923. Com isso, o Ministério aparecia ensaiar um certo tipo de prática de representação política de interesses que é usualmente associado pela historiografia corrente ao regime autoritário do pós-30.

⁶ Analisando a composição das 21 principais diretorias do Ministério ao longo do período estudado, foi possível comprovar o papel axial desempenhado pela Sociedade no controle da Pasta, constatando-se que 51% dos ocupantes destes cargos provinham de seus quadros.

⁷ Ao efetuar a distribuição de sementes, por exemplo, o Ministério acabava por impor os cultivos que julgava conveniente incentivar, procedendo ao fornecimento de espécies pré-determinadas - e não a critério dos usuários - dentre as quais avultaram as de algodão, forrageiras, milho, arroz e feijão.

⁸ O Serviço do Algodão, criado em 1915 e desativado dois anos após por pressão dos cotonicultores paulistas, seria reativado em 1920, face às demandas dos produtores nordestinos, aos quais continuaria a beneficiar diretamente, sobretudo após o sucesso do governo de São Paulo junto à pesquisa de uma nova espécie, alternativa às tradicionais fibras fornecidas pelo Nordeste que se veria, assim, excluído do abastecimento do maior parque têxtil do país.

⁹ Decompondo o total dos 183.583 exemplares publicados e distribuídos pelos MAIC no ano de 1929, consta-se, por exemplo, que 24.200 deles correspondiam ao Boletim mensal do órgão, de cunho mais sofisticado e técnico quanto a seu conteúdo. Enquanto isso, 23.250 eram folhetos avulsos contendo dados estatísticos acerca da produção dos principais gêneros patrocinados pela política ministerial nos diversos estados; já 5.000 deles consistiam no Anuário do Ministério, dotado de linguagem absolutamente coloquial e destinado a um tipo de leitor menos aparelhado do código necessário à assimilação de seu conteúdo; 6.000 eram boletins de meteorologia, voltados para produtores-grandes proprietários, enquanto que o restante, cerca de 68% do total citado, incluía panfletos, monografias encomendadas a especialistas e estudos altamente técnicos em matéria de experimentação agrícola.